

Reunião da Comissão Técnica (CT) – PDUI - RMSP

Data: 21 de setembro de 2016

Ver Lista de Presença

Pauta

1. Reunião Ministério Público (MP) e Conselho de Desenvolvimento da RMSP (CDRMSP)
2. Avaliação do modelo das oficinas regionais
3. Substituição das fichas síntese
4. Proposta de agenda Setembro e Outubro de 2016
5. Avaliação de cenário para o PDUI 2016-2017
6. Proposta de fechamento de produtos para 2016

Fernando Chucre (Emplasa) abriu a reunião apresentando a pauta e submetendo-a ao plenário com o objetivo de avaliar se todos os itens estão contemplados depois de duas semanas sem reuniões. Esse interregno se deveu à realização de oficinas regionais com o Poder Público.

1. Objetivos da reunião no Ministério Público

Foi relatado por Chucre sobre a mesa inicial com Luiz Marinho (Prefeito de São Bernardo do Campo e Presidente do CDRMSP) onde se apresentou a estrutura do PDUI. O segundo ponto da pauta tratou da solicitação de um grupo de acompanhamento junto ao PDUI por parte do MP. Essa ação permitirá melhores resultados e se diferencia da ação da fiscalização . A Emplasa tem monitorado os diferentes pedidos das regionais do MP que acionam os municípios. No papel de secretaria executiva do PDUI busca-se articular as respostas. Entretanto, ainda não houve uma resposta concreta.

Outra questão ainda pendente é a posição do MP com relação às audiências públicas regionais ou municipais.

Carolina (PMSP) comenta que a redação e as questões colocadas estão muito boas. Chucre sugere que sejam elegidas 3 pessoas para cuidar dessa questão junto ao MP. Uma das pessoas poderia ser representante do Conselho e deve ser indicada pelo presidente do CDRMSP. Outras duas, a critério dessa Comissão Técnica ou do Comitê Executivo. A indicação será posterior.

Assunto aprovado.

Marcelo comenta que todos devem ser notificados sobre as demandas do MP

2. Informe sobre as oficinas regionais

Chucre fez um breve relato, destacando a participação de técnicos das Prefeituras e, a partir das oficinas, mais de 80 propostas já entraram na plataforma, inclusive da sociedade civil. De relevante, precisamos definir a devolutiva dessas oficinas. Há uma discussão dentro da Emplasa que essas reuniões devem ter a participação dos setoriais

do Estado. Qual o modelo para essas devolutivas? A melhor estratégia seria uma única reunião, chamando a todos, incluindo os setoriais.

Saulo (STM) comenta que deve ser aguardada a consolidação para que se possa debruçar sobre o conteúdo de uma única vez. Há muitas coisas que já estão contempladas. Depois de se tomar conhecimento dessa consolidação, o Estado deve sim, estar presente.

Chucré comenta que a grande preocupação é a questão da governança, pois ela transcende os setoriais. Há diferentes necessidades de governança a depender do setor ou da FPIC. O que já é consenso pode ser trazido para discussão. A ideia é coletar todas as informações sobre necessidades de governança. Saulo acha que isso é bastante razoável.

Carolina diz que a discussão é essa, mas a questão é a forma da discussão. Não se trata de oficinas setoriais. Na PMSP, a discussão é com os técnicos dos setoriais para se ter uma versão mais integrada. Acha que o Estado deve fazer reuniões com os diversos setores com o mesmo espírito. Isso propicia uma dinâmica mais fluída.

Chucré esclarece que houve solicitação por parte das sub-regiões. O Consórcio do Grande ABC já agendou uma reunião para o dia 28 e nela, ainda não podemos ainda participar de forma mais ativa. A Emplasa não pode falar em nome de todo o Estado, daí a necessidade dos setoriais participarem. Saulo achou bem correta essa posição. Apareceram propostas muito específicas e pode ser que os setoriais não estejam preparados.

Hamilton diz que o Consórcio aprovou o modelo das duas oficinas. A do dia 28 próximo futuro, por exemplo, será feita com ou sem a presença da Emplasa. Há novas propostas e foram feitas, inclusive, pelo Consórcio. A presença dos setoriais do Estado é um avanço. Entretanto, uma atividade como essa, com os setoriais presentes, é bem complicada e deve ser bem planejada. Ela não pode ser esvaziada, pois isso traria desânimo. Teme, portanto, que uma única oficina com todos os setoriais seja complicada.

Marcelo (Itapeçerica da Serra) sugere que essa oficina seja feita por grupo de assuntos. Hamilton entende que ela deveria ser realizada no mês de outubro e o mês de novembro se reserve para as questões finais de audiência com a sociedade civil, elaboração das propostas, etc.

3. Fichas Síntese

Angela (CDHU) diz que a equipe deu uma olhada nas propostas para "habitação". Muitas coisas são comuns para os vários setores. Há muitas coisas que apenas o setorial não pode fazer sozinho. O ponto de partida para a consolidação dessa visão macro deve ser este.

Chucré esclarece que no próximo dia 30 de setembro todas as fichas estarão consolidadas e deverão ser discutidas nos GTs. O macrozoneamento e o conjunto das contribuições feitas até o momento devem estar consolidados até 30 de setembro.

A pergunta é se a oficina deve ser centralizada ou não. Carolina acha que é melhor fazer as duas reuniões. A questão é a agenda. Seria melhor se fazer as oficinas

devolutivas depois das respostas dos setoriais do Estado? Assim, faz-se a segunda rodada nas sub-regiões e depois, uma ampliada com os setoriais.

Chucré esclarece que as propostas que entraram até o dia 20, entram nas fichas síntese e, portanto, estarão na devolutiva. Carolina pede que as fichas sejam antecipadas em 3 dias (27/09) para serem levadas à oficina da sub-região SUDESTE.

A tarefa da Emplasa é entregar nas sub-regionais as fichas consolidadas e terminar de recolher as contribuições nas oficinas regionais. As fichas foram padronizadas.

Deve ser estabelecido um prazo após o dia 30 de setembro para que todos retornem com comentários e sugestões. Prazo limite poderia ser 30 de outubro para receber análises e comentários. Isso impacta no calendário das audiências da sociedade civil, comenta Carolina. Devemos tentar iniciar as audiências em novembro, ao menos, pois outubro ficará muito difícil.

4. Agenda de setembro e Outubro:

- Recomeçar as reuniões de macrozoneamento o mais rápido possível
- Reuniões do Sistema de Informações e Monitoramento: reuniões com municípios para discutir plataformas compartilhadas, acesso dos municípios à plataforma, discussão para desenvolvimento de ferramentas necessárias aos municípios e financiamento (essas discussões ainda estão ocorrendo e há a possibilidade de que o MCidades possa bancar. A opção da Emplasa financiar é possível, mas os recursos são muito escassos. O ideal seria a governança compartilhada.
- Fechamento das Fichas-Síntese
- Articulação com setoriais para a apresentação das propostas nas devolutivas.

Carolina diz que além da articulação com os setoriais precisamos saber o que vamos levar para o Comitê Executivo. Ponto de pauta entre os itens 4 e o 5.

Deve ser apresentado ao Comitê Executivo o produto feito para a estrutura do Plano.

Carolina faz a apresentação sobre a estrutura do Plano que serviu de apoio para as discussões internas na PMSP, com a participação do Consórcio do Grande ABC e de Guarulhos. Foram feitas reuniões semanais e o material foi consolidado e representa uma visão sobre todos os tópicos que vão compor o Caderno de Propostas.

- A relação entre o PDUI e os outros planos (diretores e regionais)
- Sumário Executivo: princípios, diretrizes, etc. Foram feitas revisões precisas com todos os setoriais e com o ABC e Guarulhos.
- Diretrizes objeto dos planos regionais ou setoriais e de governança metropolitana
- Macrozoneamento e instrumentos (mapa com base de dados): 4 macrozonas que contêm os objetivos e planos de ação, com as áreas de interesse metropolitano.
- Componentes e Diretrizes gerais e específicas.
- Competências e atribuições de cada ente, incluindo Fundos e Sistemas de Informação.
- A reflexão da estrutura administrativa se manteve

Carolina esclarece que foi feito um trabalho de síntese em relação às Fichas Síntese já recebidas com relação às FPICs. Priorização das propostas por problemas estruturais e que têm reconhecimento da sociedade civil. Quais são as propostas prioritárias e quais seriam os instrumentos e a governança para elas. Isso traz a posição de que não fiquemos na discussão de governança de forma abstrata.

Uma prioridade é "desenvolvimento econômico" integrado, com promoção do emprego qualificado, por exemplo. Outras prioridades foram mostradas (ver apresentação). As ações concretas são sempre as articulações interfederativas.

Próximas etapas, disse Carolina, seriam as de verificar se é isso mesmo que se deseja, quais as "bandeiras" e as prioridades. Seremos capazes de ler isso através das Fichas? Nosso trabalho seria identificar as prioridades em cada uma das FPICs e a respectiva necessidade de governança.

Quanto aos instrumentos por AIM ou ZIM (áreas ou zonas de interesse ou intervenção metropolitana). Esse trabalho é plausível de ser feito até o fim do ano. Em São Paulo, a oficina com a sociedade civil está agendada para dia 5 de novembro. Com os conselhos participativos, 12 de novembro. Audiência pública no dia 26 de novembro.

A proposta para sexta-feira, reunião do Comitê Executivo, era de se fazer a "devolutiva-caranguejo". Chucre acha que deve ser levado ao Comitê como uma contribuição da PMSP, de Guarulhos e do Consórcio do Grande ABC. Sugere que se faça um encontro das propostas do Estado com as propostas ora apresentadas. Precisamos ir formando consensos.

5. Os cenários para 2016-2017

Produtos:

- Macrozoneamento e sistemas

Eventos:

- Devolutivas

A preocupação é com as novas gestões, no sentido de se começar a discutir tudo de novo. Carlos (CIOESTE) pergunta quando o Estado poderá avaliar as propostas. Um aspecto importante é o percentual de participação no Conselho previsto no modelo apresentado.

Joaquim (PMSP) fala que esse roteiro já foi apresentado de forma menos detalhada, ao Comitê Executivo. Diz que Chucre ficou de trazer a apreciação do Estado e gostaria de saber o estado da arte.

Chucre diz que o conhecimento dessa evolução no texto é totalmente aderente ao preconizado no Guia Metodológico. Apenas a questão de prioridade parece não estar lá contida. Há, certamente, uma dose de inferência de quem produziu o documento e isso significa que não podemos assinar um cheque em branco. Se ele for levado ao Comitê, que seja com a questão da forma e não de conteúdo.

Carlos pergunta se é o momento de se apresentar ao Comitê ou devemos aguardar que o assunto esteja mais conclusivo. Aprovado em termos de conteúdo por parte do Estado e passando pela aprovação dessa comissão. Chucre concorda. Diz que os documentos quando chegam no Comitê Executivo devem ser apenas para deliberação. A Comissão Técnica é quem discute. A proposta é que o Estado traga tudo que está discutido até fins de outubro. Seria aprovado na Comissão Técnica. Na próxima sexta-feira, reunião do Comitê, precisamos discutir agendas para 2016 e início de 2017.

Carolina acha que a pauta do Conselho era justamente dar o retorno sobre o Caderno de Propostas. Cada um dos entes tinha como tarefa discutir e dar o retorno. 80% desse produto já está aprovado pela Comissão Técnica. Se a CT apoia esse movimento, não há nada que impeça sua apresentação. Haveria um aprofundamento da questão e seria positivo.

Chucré diz que mostrar produtos não finalizados, é complicado. Outro membro da CT disse que esse documento, ora apresentado, é importante e deveria ser aprovado pela Comissão Técnica.

Hamilton lembra que na última reunião do CE foi apresentado apenas um roteiro com os itens. Agora, nessa proposta, se avança. Podemos circular essa proposta para todos, não em formato de power point, mas sim de texto. Quanto ao calendário, é mais complicado. A deliberação do CE deve dar oficialidade àquilo que se deseja fazer, sem o caráter de obrigatoriedade.

Chucré diz que a discussão deve ser dos avanços ou dos termos que se discutiu. Assim, deve ser feito um encontro dos documentos apresentados e aqueles da Emplasa. Deve circular para todos os municípios. Precisamos de 10 dias antes da Comissão Técnica estar com ele pronto. Distribuimos o power point e talvez um texto. 20 dias para todos contribuírem e no trigésimo dia, reunião da Comissão Técnica poderia ser no dia 26 de outubro. Assim, até dia 14 de outubro, as contribuições devem chegar. No dia 27 de outubro, a Emplasa tem que apresentar as Fichas já contendo as contribuições.

As contribuições, portanto, serão fechadas no dia 14 de outubro. O calendário está bem apertado. Fazer audiências públicas em Novembro complica bastante. O cronograma foi já aprovado pelo CE. Nas regras estabelecidas, estão previstas as oficinas e as audiências. Se mudarmos o calendário, temos que submetê-lo ao Comitê Executivo.

Chucré disse que quanto ao calendário, há que ser pragmático dadas as eleições municipais. Será que conseguimos fechar o modelo de governança? Não, disse Hamilton, pois é necessário um processo de convencimento.

Produtos:

Sumário Executivo do Caderno Preliminar de Propostas,
Macrozoneamento
Sistemas

Eventos:

Devolutivas (setoriais e sub-regionais)
Início das Oficinas com participação da Sociedade Civil
Início das Audiências públicas regionais
Reuniões CDRMSP
2 reuniões CT e 2 do CE